



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
- ANUAL -**

MUNICÍPIO DE ALANDROAL

Marinha Grande, 26 de abril de 2017



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS.....	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1 Balanço.....	6
3.2 Notas ao Balanço.....	8
3.3 Demonstração de Resultados.....	22
3.4 Notas à Demonstração de Resultados.....	23
4. ENDIVIDAMENTO.....	32
5. CONTROLO ORÇAMENTAL.....	33
6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	43
7. CONTROLO INTERNO.....	44
8. FACTOS SUBSEQUENTES.....	48
9. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	48
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	48
11. CONCLUSÕES.....	49
11.1 Reservas.....	49
11.2 Ênfases.....	49
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	50
12. AGRADECIMENTOS.....	51





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SECTORES DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE ALANDROAL**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 26 de abril de 2017.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, immobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE PERISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2016, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspeccionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes;
 - Custos com Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos Financeiros;
 - Custos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Proveitos e Ganhos Financeiros;
- Proveitos e Ganhos Extraordinários;

h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;

j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;

k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;

l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;

m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;

n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;

o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;

p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;

q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;

r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;

s) Analisámos do grau de execução orçamental;

t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	7 865 553	6 915 817	-949 736	-12,1%
Imobilizações Incorpóreas	686 177	683 354	-2 824	-0,4%
Imobilizações Corpóreas	29 806 695	33 309 870	3 503 175	11,8%
Investimentos Financeiros	802 482	802 482	0	0,0%
Total	39 160 907	41 711 522	2 550 615	6,5%
Circulante				
Existências	126 101	199 815	73 714	58,5%
Dívidas de Terceiros				
Clientes c/c	0	0	0	
Contribuintes c/c	10	5	-5	-46,2%
Utentes c/c	225 539	86 288	-139 251	-61,7%
Clientes cob. Duvidosa	8 213	257 193	248 980	3031,4%
Estado e O. Entes Públicos	12 317	12 231	-86	-0,7%
Outros Devedores	462 544	737 440	274 896	59,4%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	264 799	408 324	143 525	54,2%
Caixa	3 993	4 461	468	11,7%
Total	1 103 517	1 705 758	602 241	54,6%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	168 201	210 694	42 493	25,3%
Custos Diferidos	10 431	16 919	6 488	62,2%
Total	178 632	227 613	48 981	27,4%
TOTAL DO ATIVO	40 443 056	43 644 894	3 201 838	7,9%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTABILIDADE

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	26 213 081	29 881 412	3 668 332	14,0%
Ajustamentos de partes de capital	159 055	159 055	0	0,0%
Reservas Legais	0	8 952	8 952	-
Doações	48 200	48 200	0	0,0%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15 903	15 903	0	0,0%
Resultados Transitados	-16 663 343	-17 177 409	-514 066	3,1%
Resultado Líquido do Exercício	179 047	1 160 770	981 722	548,3%
Total	9 951 944	14 096 884	4 144 940	41,6%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	248 848	336 733	87 885	35,3%
Dívidas a Inst. Financeiras	11 490 853	12 835 026	1 344 173	11,7%
Fornecedores Factoring	92 238	1 778 213	1 685 976	1827,9%
Total	11 831 939	14 949 972	3 118 033	26,4%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	873 441	463 098	-410 343	-47,0%
Fornecedores, c/c	5 661 536	2 774 214	-2 887 322	-51,0%
Fornecedores fact. Rec. Confª	185 468	148 137	-37 331	-20,1%
Fornecedores Factoring	0	0	0	-
Clientes e utentes c/ Cauções	4 931	4 931	0	0,0%
Fornecedores Imobilizado, c/c	693 998	161 094	-532 904	-76,8%
Estado e O. Entes Públicos	40 708	37 457	-3 251	-8,0%
Outras Credores	1 570 770	651 324	-919 446	-58,5%
Total	9 030 852	4 240 254	-4 790 598	-53,0%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	467 370	456 373	-10 997	-2,4%
Proveitos Diferidos	9 160 951	9 901 409	740 459	8,1%
Total	9 628 321	10 357 783	729 462	7,6%
Total do Passivo	30 491 112	29 548 009	-943 103	-3,1%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	40 443 056	43 644 894	3 201 838	7,9%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2016, por comparação com o ano de 2015:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	7 865 553	6 915 817	-949 736	-12,07%
Imobilizações Incorpóreas	686 177	683 354	-2 824	-0,41%
Imobilizações Corpóreas	29 806 695	33 309 870	3 503 175	11,75%
Investimentos Financeiros	802 482	802 482	0	0,00%
Totais	39 160 907	41 711 522	2 550 615	6,51%

- b) O saldo do imobilizado em curso continua elevado em 2016, cerca de 24.889.000€ (24.249.000€ em 2015). Segundo nota 2.12 do ABDR, a totalidade das obras encontra-se concluída. No decorrer do ano de 2016 iniciou-se o processo de identificação e preparação para transferir o imobilizado para firme, procedimento que será concluído em 2017. Da nossa análise, e tendo em conta que grande parte diz respeito a imóveis, considerando uma taxa de amortização média de 3%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 625.000€.
- c) Durante o ano de 2016 foi possível registar diversos bens que se encontravam por reconhecer no Património, conforme nota 1.6 do Anexo. O valor da regularização foi de 3.675.332€, tendo influenciado a conta 51 e a 59 pelo reconhecimento de amortizações de exercícios anteriores. O Município considera que não existem bens por registar no património.
- d) Nos documentos de suporte aos abates deve ser referido qual o motivo do mesmo.
- e) Verificámos relativamente aos movimentos do ano:
1. Cerca de 53% dos movimentos do Imobilizado Corpóreo,
 2. Cerca de 33% dos movimentos do Imobilizado Incorpóreo,
 3. Cerca de 50% dos movimentos dos bens do domínio público.
- f) Das nossas análises verificámos relativamente ao Imobilizado Corpóreo entendemos dever validar o seu saldo.

- Os investimentos financeiros respeitam a:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVENDIDAS OFICIAIS DE CONTAS

Investimento Financeiro	Valor €
EDC Mármore	68.070
ALVT	307.204
FAM	427.208
Totais	802.482

1. O Município não aplica o MEP às suas participadas por a participação do Município nas mesmas ser inferior a 20%.
 - a) Relativamente à participação na EDC Mármore, SA, não nos foi possível, por não existirem contas disponíveis, emitir opinião sobre a sua implicação na dívida do Município. A participada, à data de 31/12/2015, reunia as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012. Foi aprovada em reunião de camara de 24/6/2016 e pela Assembleia Municipal de 24/2/2017 a alienação da participação.
2. Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Mercadorias	29	494	464	1581,61%
Ferramentas e Utensílios	911	1 888	977	107,20%
Artigos de Higiene e Limpeza	5 928	4 823	-1 104	-18,63%
Materials de Construção	11 706	46 143	34 437	294,19%
Materials de Escritório	4 603	5 962	1 359	29,52%
Outros	102 923	140 504	37 581	36,51%
TOTAL	126 101	199 815	73 714	58,46%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE PERICÓPEO / OFÍCIOS DE CONTAS

- c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- d) Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.
- e) A rubrica tem pouco peso no balanço. Depois das nossas verificações, mesmo tendo em atenção o que pode advir do observado em d), validamos o saldo da conta.

3.2.2.2 - Clientes c/c, Contribuintes e Utentes c/c

- a) O conjunto destas contas conta apresenta um saldo líquido de 343.486 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em €		
	31/12/2015	31/12/2016	Varição €
Contribuintes c/c			
Taxas	10	5	-5
Total	10	5	5
Utentes c/c			
Água	218 732	84 478	-134 254
Mercados e Feiras	0	0	0
Rendas Alugueres e habitação e outras	6 807	1 681	-5 126
Outros	0	129	129
Total	225 539	86 288	139 251
Cobranças Duvidosas			
Cobranças em atraso	411 945	611 379	199 434
Cobranças Duvidosas	0	0	0
Total	411 945	611 379	-199 434
Provisões			
Cobranças Duvidosas	403 732	354 186	-49 546
Total	403 732	354 186	49 546
TOTAL	233 762	343 486	109 724

- b) O saldo de clientes de cobrança duvidosa é, a 31/12/2016, de 611.378€, o saldo das provisões constituídas (354.186€). Apesar de constituídas de acordo com o critério do POCAL, são insuficientes em cerca de 250.000€. Saldo deve ser analisado e regularizado em 2017.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

TOCIDADE DE PERITORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.2.3 - Estado e Outros Entes Públicos

Apresenta o seguinte saldo, que validamos.

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
IVA	12 317	12 231	-86	-0,70%
Saldo Final	12 317	12 231	-86	-0,70%

3.2.2.4 - Outros Devedores

a) A conta apresenta um saldo de 462.544 €, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Estado	113 411	49 323	-64 088	-56,51%
Fundos Comunitários	191 475	114 013	-77 462	-40,46%
Devedores diversos	157 658	574 105	416 446	264,15%
Total	462 544	737 440	274 896	59,43%

- b) Em conjunto com os saldos de Outros Credores, circularizámos 48% do saldo das contas de Outros Devedores e Credores, utilizando a circularização e outras fontes de informação interna.
- c) Não foram encontradas divergências, pelo que validámos o saldo apresentado em balanço.

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 4.461 €, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Em nossa opinião este saldo está sobreavaliado em 47€.
- c) Durante o ano efectuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- d) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que, tendo em conta o que se diz em b) e pela sua irrelevância, validamos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - DO	310 687
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA - DO	90 718
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO - DO	3 674
MILLENIUM - BCP - DO	7
BANCO ESPIRITO SANTO - DO	3 237
FUNDO REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL	0
TOTAL	408 324

- b) Testamos todas reconciliações de Dezembro e verificámos os movimentos em aberto.
- c) Tal como referido no ano anterior, continuam a existir cheques em trânsito de anos anteriores, embora com menor expressão. De acordo com o ponto 1.6 do ABDR, estes cheques dizem respeito a procedimentos de anulação iniciados em 2016 mas ainda não concluídos. Espera-se que em 2017 todos os cheques estejam regularizados.
- d) Face à irrelevância dos problemas detetados, nomeadamente no que concerne aos movimentos referidos em c), é nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2016 tiveram uma variação positiva de 42.493 €, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Outros acréscimos de proveitos	168 201	210 694	42 493	25,26%
TOTAL	168 201	210 694	42 493	25,26%

- c) Verificámos os valores estimados para acréscimos de proveitos registados pelo Município e validámo-los.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

EMPRESA DE REVISORES OFICINA DE CONTAS

3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2016 a 16.919 €, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Descontos de emissão de obrigações	0	0	0	-
Outros custos diferidos	10 431	16 919	6 488	62,20%
TOTAL	10 431	16 919	6 488	62,20%

- c) Validámos o saldo da conta.

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 - Empréstimos Obtidos - Médio e Longo Prazo

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 12.835.026€, através da análise da informação que obtivemos de 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários a médio e longo prazo existentes a 31/12/2016, e o seu comparativo com o final do ano de 2015 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2015	31/12/2016	€	%
Não excecionados					
CGD	12000993991	586 997	433 804	-153 193	-26,1%
CGD	9015003388491	46 023	38 532	-7 491	-16,3%
CGD	9140013635491	293 390	257 225	-36 164	-12,3%
CGD	9015005108491	79 909	71 927	-7 982	-10,0%
CGD	9015001890870010	216 988	216 988	0	0,0%
CGD	90150044565391	18 121	12 819	-5 303	-29,3%
BPI	1739612830007	481 231	433 624	-47 607	-9,9%
BPI	1739612830071	9 612 500	0	-9 612 500	-100,0%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Excedonados					
CGD	9015004439891	139 914	100 763	-39 152	-28,0%
CGD	9015004000791	15 780	13 835	-1 945	-12,3%
Fundo de Apoio Municipal		0	11 255 510	11 255 510	-
Médio Longo Prazo		11 490 853	12 835 026	1 344 173	11,7%
Curto Prazo		873 441	463 098	-410 343	-47,0%
TOTAL		12 364 294	13 298 124	933 830	7,6%

- d) Durante o ano foi recebida a 1ª prestação do FAM no montante de 11.425.000€. Grande parte da 1ª tranche foi utilizada para liquidar empréstimos bancários - 570.000€ de curto prazo e 9.615.000€ do saneamento financeiro.
- e) Da análise do quadro precedente verifica-se que o Passivo bancário (ML Prazo) aumentou no ano de 2016, 11,7% (1.344.173€), valor que foi compensado com a diminuição de cerca de 47% dos Empréstimos de curto prazo com de seguida veremos.
- f) O saldo de curto prazo foi corretamente incluído no balanço como dívidas de curto prazo.
- g) No cômputo geral, os empréstimos bancários aumentaram 7,6% no ano de 2016.
- h) Validamos o saldo da conta.

3.2.5.2 - Fornecedores c/c e Fornecedores faturas em receção e conferência - Médio e Longo Prazo e Curto Prazo

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 4.249.494€, através da circularização que fizemos à conta de fornecedores, não tendo detetado divergências significativas na conciliação.
- b) O saldo respeita a:

Fornecedores	Saldos em €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Contas Gerais				
Curto Prazo	5 661 536	2 774 214	-2 887 322	-51,00%
ML Prazo <i>factoring</i>	44 775	1 327 143	1 282 368	2864,04%
Faturas em receção e conferência	185 468	148 137	-37 331	-20,13%
TOTAL	5 891 778	4 249 494	-1 642 285	-27,87%

- c) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 4.249.494€, através da circularização que fizemos à conta de fornecedores.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) Foi contratado a 23 de Agosto o Plano Ajustamento Municipal, que permitido reduzir o saldo em dívida a fornecedores a 31/12/2016. Emitimos parecer a 20/03/2017 sobre o acompanhamento do PAM relativamente a 31/12/2016.
- e) Circularizámos a 31/12/2016, saldos, que correspondiam a 80% dos existentes.
- f) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, validamos o valor dos mesmos.
- g) Não tendo detetado divergências significativas validámos o saldo da conta

3.2.5.3 - Outros Credores - Médio Longo Prazo

- a) De acordo com o quadro seguinte, foram consideradas as seguintes contas como médio e longo prazo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Outros Credores - MLP				
Fornecedores de Imobilizado - MLP	47 463	97 835	50 372	106,13%
Freguesias	0	21 182	21 182	-
Fundo de Apoio Municipal	0	244 118	244 118	-
Outros subsídios	0	16 748	16 748	-
Outros credores diversos	0	71 188	71 188	-
Total	47 463	451 070	403 607	850,36%

- b) Validamos o saldo desta conta.

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 - Empréstimos de curto Prazo - Curto Prazo

- a) Confirmámos o saldo apresentado na conta Empréstimos de curto prazo, num total de 463.098€, através da análise da informação que obtivemos de 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município, conforme Quadro do Ponto 3.2.5.1.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE PESSOAS ÚNICAS DE CONTAS

3.2.6.2- Fornecedores de Imobilizado c/c

- a) Apresenta um valor de 161.064€ em 2016 contra 741.461 € em 2015, tendo decrescido no ano (78,27%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	693 998	161 094	-532 904	-76,79%
Total	693 998	161 094	-532 904	-76,79%

- b) Foram enviadas cartas de circularização a vários fornecedores de imobilizado. No conjunto das contas 26 circularizámos 24% dos saldos sem se apurarem divergências relevantes.
- c) Validamos o saldo desta conta.

3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 37.457€, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
IRS	22 057	18 111	-3 946	-17,89%
Restantes impostos	161	161	0	0,00%
Segurança Social	18 234	19 023	789	4,33%
Outras tributações	256	162	-94	-36,75%
Saldo Final	40 708	37 457	-3 251	-7,99%

- b) Foram solicitadas certidões e confirmada a situação de não existência de saldos em dívida.
- c) Saldos em aberto correspondem a movimentos de Dezembro que são liquidados em janeiro de 2017.
- d) Validámos o saldo da conta.

3.2.6.4 - Outros Credores - Curto Prazo

- a) São os que constam do quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/caução	111 091	65 520	-45 571	-41,02%
Pessoal	1 455	0	-1 455	-100,00%
Sindicatos	845	768	-77	-9,12%
Credores Diversos	1 457 379	585 035	-872 344	-59,86%
Total	1 570 770	651 324	-919 447	-58,53%

- b) Foi contratado a 23 de Agosto o Plano Ajustamento Municipal, que permitiu reduzir o saldo em dívida a outros credores a 31/12/2016.
- c) Relativamente à comparticipação de projetos comunitários, continua a existir divergência entre as 3 fontes de informação consultadas, não sendo possível apurar qual está correta. É conveniente que em 2017 se uniformize o procedimento de reconhecimento dos pedidos de pagamentos.

* Conta 2682 (patrimonial)	163.336 €
* Mapa interno "Candidaturas aprovadas"	353.806 €
* Receita por cobrar (orçamental)	11.475 €

- d) Circularizámos 24% dos saldos e conciliámos com outras fontes de informação interna.
- e) Conforme referido no ponto 2.26 do Anexo existem garantias prestadas pelo Município a terceiros não refletidas.
- f) Analisado a circularização, validámos os saldos.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE OGI Nº110

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	423 731	402 358	-21 373	-5,04%
Juros a liquidar	1 944	1 050	-894	-45,98%
Outros	41 696	52 965	11 270	27,03%
TOTAL	467 370	456 373	-10 997	-2,35%

- c) Verificámos e analisámos os valores estimados para acréscimos de custos registados pelo Município.
- d) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2016 a liquidar em 2017.
- e) Validámos o saldo da conta.

3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
PROTOCOLOS	83 258	0	-83 258	-100,00%
CONTRATOS-PROGRAMA	1 038 886	0	-1 038 886	-100,00%
OUTROS	23 299	0	-23 299	-100,00%
PROTOCOLO-POSTO TERRITORIAL DA G.N.R	116 814	332 447	215 632	184,59%
REQUAL. DO CM 1109 ENTRE ALDEIA DO ROSÁRIO E CAPELINS	-9 488	377 334	386 822	-4076,96%
REQUAL. DO CM 1109 TROÇO ÁGUAS FRIAS	290 020	414 003	123 984	42,75%
CENTRO DE SAUDE DE ALANDROAL	322 581	322 581	0	0,00%
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	-8 445	650 265	658 710	-7800,00%
DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO	31 195	17 199	-13 996	-44,87%
REABILITA. ED. ESCOLA PRIM. DE ALANDROAL	75 473	75 473	0	0,00%
RECUPERAÇÃO DA REDE ESCOLAR CONCELHO	30 201	30 201	0	0,00%
CENTRO ESCOLAR DE TERENA	0	58 468	58 468	-
OUTROS	83 150	11 090	-72 060	-86,66%
REQUALIFICAÇÃO DO INTERIOR E ILUMINAÇÃO DO CASTELO	-36 904	260 711	297 616	-806,45%
CENTRO EDUCATIVO DE PIAS	857 715	737 583	-120 131	-14,01%
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	55 285	55 285	0	0,00%
PE~AQUA	133 924	133 924	0	0,00%
ARRANJO URBANISTICO DO LG DO ARREQUIZ	332 726	332 726	0	0,00%
ARRUAMENTOS DOS ORVALHOS	210 127	210 127	0	0,00%
FORUM CULTURAL	845 400	845 400	0	0,00%
POSTO DE TURISMO DE TERENA	16 682	16 682	0	0,00%
ZONA OFICIAL SANTIAGO MAIOR	83 038	83 038	0	0,00%
LADEIRA DO ADRO-TERENA	108 418	108 418	0	0,00%
JARDIM INFANCIA PIAS	133 380	133 380	0	0,00%
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	667 155	667 155	0	0,00%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVEDORES, OFICIAIS DE CONTAS

REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV.CASTELO-PRA A	223 021	223 021	0	0,00%
REPAVIMENTA TROÇO EM 541 HORTINHAS	9 400	9 400	0	0,00%
BENEFICIAÇÃO DO CM 1110/EN373 E A MINA	27 507	27 507	0	0,00%
PISCINAS MUNICIPAIS DO ALANDROAL	486 040	486 040	0	0,00%
E.M. 511 ENT. EN 255 E EM 546 MONTEJUNTOS	135 042	135 042	0	0,00%
LOTEAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL-2 FASE	284 969	284 969	0	0,00%
BENEFICIAÇÃO DO CM 1186 ENTRE O CM 1109	250 714	250 714	0	0,00%
PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO INTEGRADO	527 520	639 793	112 272	21,28%
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV.CASTELO-II	297 663	297 663	0	0,00%
AMPLIA. CENTRO EDUCATIVO DE ALANDROAL	9 880	9 880	0	0,00%
CRECHE DE PIAS	392 583	388 391	-4 193	-1,07%
REAB. ACESSOS PL. AGUA ALB. ALQUEVA-JURO	124 350	124 350	0	0,00%
REQ. INTº E ILUMINACASTELO DE ALANDROAL	294 234	331 556	37 322	12,68%
COOP. O TRANSF. PORTUGAL-ESPAÑA	24 255	24 255	0	0,00%
REDE CULTURAL TERRAS DE SOL	39 240	57 076	17 836	45,45%
REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTEC.	0	228 728	228 728	-
ARRANJOS EXTERIORES RUA INFANTE	0	41 391	41 391	-
ELECT. RURAL ZONA PERIM. REGA LUCEFECIT	542 566	460 066	-82 501	-15,21%
OUTROS	8 078	8 078	0	0,00%
TOTAL	9 160 951	9 901 409	740 459	8,08%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado firme e conseqüente sujeitos a amortização e a reconhecimento de proveito de subsídios ao investimento. De acordo com o ponto 2.12 do Anexo às demonstrações, estima-se que os proveitos estão subavaliados em 400.000 euros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

III-FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Património	26 213 081	29 881 412	3 668 332	13,99%
Ajustamentos de Capital	159 055	159 055	0	0,00%
Subsídios	0	0	0	-
Reservas legais	0	8 952	8 952	-
Doações	48 200	48 200	0	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15 903	15 903	0	0,00%
Resultados Transitados	-16 663 343	-17 177 409	-514 066	3,09%
Resultado Líquido	179 047	1 160 770	981 723	548,30%
Total	9 951 943	14 096 884	4 144 941	41,65%

3.2.8.1 - Património

A sua variação no ano corresponde á integração no imobilizado e no Património de bens que estavam por inventariar.

3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

- Manteve o valor de 2015.
- O MEP deixou de ser aplicado pelo Município por as suas participações sociais serem inferiores a 20%.

3.2.8.3 - Reservas Legais

Referente a 5% do Resultado Líquido de 2015.

3.2.8.4 - Doações

Manteve o valor de 2015.

3.2.8.5 - Resultados transitados





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a) Relativamente a 2015 esta conta teve uma variação negativa de 514.066€, que derivam da aplicação de parte dos resultados do ano de 2015, bem como de outras movimentações nas contas resultantes de valores de anos anteriores, ainda não movimentados e cujo valor assume alteração significativa dos fundos próprios.
- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas na rubrica.

3.2.8.6 - Resultados Líquidos

Trata-se do Resultado Líquido apurado na DR, que foi positivo em 1.160.770€.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISÃO DE CONTAS

3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2015	31/12/2016	2015	2016
Custos e Perdas				
CMVMC	202 311	159 027	2,2%	2,1%
FSE	2 220 110	1 971 893	24,6%	25,7%
Pessoal	3 232 985	3 084 757	35,8%	40,2%
Transferências e Subs. Concedidos	640 580	513 524	7,1%	6,7%
Amortizações do exercício	1 396 270	1 391 342	15,5%	18,1%
Provisões do exercício	345 795	87 885	3,8%	1,1%
Outros Custos e Perdas Operacionais	5 558	22 520	0,1%	0,3%
Custos e Perdas Financeiros	463 935	373 459	5,1%	4,9%
Custos e Perdas Extraordinários	511 832	62 924	5,7%	0,8%
Total Custos	9 019 375	7 667 332	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	1 009 024	1 034 399	11,0%	11,7%
Impostos e Taxas	728 753	838 194	7,9%	9,5%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	66 664	0	0,7%	0,0%
Proveitos Suplementares	29 500	43 209	0,3%	0,5%
Transferências e Subs. Obtidos	6 349 697	6 344 500	69,0%	71,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	328 154	325 804	3,6%	3,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	686 630	241 995	7,5%	2,7%
Total Proveitos	9 198 422	8 828 101	100,0%	100,0%
Resultados	179 047	1 160 770		





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
 - Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 38% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Ferramentas e utensílios;
 - Artigos de higiene e limpeza;
 - Materiais de construção;
 - Material de escritório;
 - Outros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Existências Iniciais	132 845	126 101	-6 744	-5,08%
Compras +/- Regularização de existências	195 567	232 742	37 175	19,01%
Existências Finais	126 101	199 815	73 714	58,46%
CMVMC	202 311	159 027	-43 283	-21,39%

e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2015 para 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Combustíveis	152 153	130 403	-21 750	-14,29%
Rendas	41 593	40 004	-1 589	-3,82%
Comunicação	36 772	34 209	-2 563	-6,97%
Seguros	48 029	56 927	8 898	18,53%
Honorários	178 351	141 831	-36 520	-20,48%
Trabalhos Especializados	1 223 066	1 135 276	-87 790	-7,18%
Outras	540 146	433 243	-106 903	-19,79%
Total	2 220 110	1 971 893	-248 217	-11,18%

b) Diminuíram, no seu conjunto, relativamente a 2015, cerca de 11,2%, com especial incidência nas rubricas:

- i) Honorários 20,48%;
- ii) Combustíveis 14,29%;
- ii) Trabalhos especializados 7,18%.

c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.

d) Verificamos 21% dos movimentos do ano, não tendo detetado quaisquer incorreções, pelo que validamos o saldo da conta.

e) Validámos os valores da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.1.3 - Custos com Pessoal

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2015 para 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	122 879	49 409	-73 470	-59,79%
Remunerações ao Pessoal	2 461 087	2 408 374	-52 713	-2,14%
Pensões	2 436	496	-1 940	-79,63%
Encargos s/ Remunerações	582 638	559 270	-23 368	-4,01%
Outros Custos com Pessoal	63 944	67 208	3 264	5,10%
Total	3 232 985	3 084 757	-148 227	-4,58%

b) Tiveram uma diminuição de 4,58%, relativamente a 2015.

c) Validamos os saldos da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos

a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos. Baixaram, relativamente a 2015, em 19,83%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Freguesias	7 652	43 855	36 204	473,13%
Associações de Municípios	55 800	54 379	-1 422	-2,55%
Outras	83 361	68 645	-14 716	-17,65%
Administrações privadas	34 244	33 715	-529	-1,55%
Famílias	378 693	282 655	-96 039	-25,36%
Cartão social idoso	58 829	30 026	-28 804	-48,96%
Cartão jovem munícipe	22 000	250	-21 750	-98,86%
Total	640 580	513 524	-127 056	-19,83%

b) O decréscimo (19,83%) está essencialmente ligada às transferências para as Famílias, Cartão social do idoso e Cartão jovem.

c) Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento valido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo).

d) Testámos cerca de 45% do movimento do ano, concluindo que não existem ajustamento a propor.

e) No final validamos os custos apresentados na rubrica.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos e taxas	0	19 479	19 479	-
Quotizações	3 136	10	-3 126	-99,68%
Outros	2 423	3 031	608	25,10%
Total	5 558	22 520	16 961	305,15%

- b) Tiveram um aumento relativo de 16.961 € em 2016, relativamente a 2015.
- c) Verificámos 17% dos movimentos do ano, não tendo detetado anomalias.
- d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

- a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma se distancia dos valores assumidos relativamente a 2015. Nesse ano foi de 3,6%, em 2016 é de 3,3%.
- b) Os valores distribuíram-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Bens do Domínio Público	1 090 606	1 111 436	20 830	1,91%
Imobilizações Incorpóreas	60 074	32 297	-27 776	-46,24%
Imobilizações Corpóreas	245 591	247 609	2 018	0,82%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	1 396 270	1 391 342	-4 928	-0,35%

- c) Validamos o saldo da conta.

3.4.1.7 - Ajustamentos (Provisões)

- a) Verificámos os movimentos do ano e conciliámos com as respostas dos advogados do Município.
- b) Diminuíram de 2015 para 2016 de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	277 246	0	-277 246	-100,00%
Para riscos e encargos	68 549	87 885	19 336	28,21%
Total	345 795	87 885	-257 910	-74,58%

- c) Apesar de no ano terem sido constituídas de acordo com o POCAL, há uma insuficiência de provisões de 250.000€, conforme referido no ponto 3.2.2.2 b).

3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros suportados	460 710	372 196	-88 514	-19,21%
Outros	3 225	1 262	-1 962	-60,85%
Total	463 935	373 459	-90 476	-19,50%

- b) Verificou-se um decréscimo no conjunto destes custos de 2015 para 2016 de 19,5%.
- c) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2015.
- d) Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de cerca de 72% dos lançamentos efetuados, tendo aceite os valores movimentados.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	14 533	0	-14 533	-100,00%
Perdas em existências	0	16	16	#DIV/0!
Perdas em imobilizações	28 482	1 407	-27 075	-95,06%
Multas e penalidades	351	0	-351	-100,00%
Correções de Exercícios Anteriores	362 799	31 708	-331 091	-91,26%
Outros	23 052	1 450	-21 602	-93,71%
Subsídios concedidos	82 615	28 343	-54 272	-65,69%
Total	511 832	62 924	-448 908	-87,71%

- b) Testámos a totalidade dos movimentos do ano, não existindo ajustamento a propor.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE PERICÓRES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 - Vendas

- a) Relativamente a 2015, existe um aumento de 16%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 70.265€.
- b) Contempla as Vendas de:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2015	31-12-2016	Nominal	%
Mercadorias	230.696	502.010	271.314	117,61%
Produtos acabados e intermédios	219.628	18.579	-201.049	-91,54%
Total	450.324	520.589	70.265	15,60%

- c) O acréscimo na conta de mercadorias tem a ver com os proveitos referentes à água, nomeadamente na sua vertente taxa variável que teve um crescimento de 141.694€ que estavam a ser reconhecidos na conta de produtos acabados.
- d) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes tendo validado o saldo da conta.

3.4.2.2 - Prestação de Serviços

- a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Saneamento	194 335	228 116	33 781	17,38%
Resíduos Sólidos	161 818	162 033	215	0,13%
Cemitérios	5 474	2 171	-3 303	-60,34%
Mercados e Feiras	22 803	14 472	-8 330	-36,53%
Instituições Culturais e Recreativas	21 763	21 432	-331	-1,52%
Outros	138 650	2 556	-136 094	-98,16%
Rendas e alugueres	13 708	82 921	69 213	504,93%
Outros	150	110	-40	-26,67%
Total	558 700	513 811	-44 890	-8,03%

- b) Tiveram uma variação negativa em 2016 de 8,03%, que se deve a: um crescimento dos proveitos com saneamento, no âmbito do Plano de Ajustamento Municipal em que foi necessário reconhecer a dívida que estava por reconhecer e proceder ao aumento da tarifa relativa ao saneamento e; à variação negativa da rubrica Outros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

3.4.2.3 - Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor € .		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos				
IMI	563 195	525 932	-37 264	-6,62%
Imposto Circulação	88 367	89 565	1 199	1,36%
IMT	40 784	169 180	128 396	314,82%
Derrama	27 944	35 577	7 633	27,32%
Impostos indiretos	753	770	17	2,20%
Total	721 043	821 024	99 981	13,87%
Taxas				
Loteamentos e Obras	10 320	12 442	2 122	20,56%
Total	10 320	12 442	2 122	20,56%
Reembolsos e anulações	-2 610	-4 889	-2 279	87,30%
Outros	0	9 617	9 617	-
Total	728 753	838 194	109 441	15,02%

- b) Verificaram-se aumentos, relativamente a 2015:

- no IMT 314,82%,
- Derrama 27,32%,
- Taxas 20,56%,

e diminuições:

- No IMI 6,62%.

No cômputo geral, a rubrica apresenta um aumento relativo de cerca de 15%.

- c) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- d) No final validámos os saldos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2.4 - Trabalhos para a própria entidade

- a) Não apresenta valores no ano de 2016.
- b) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do ABDR.

3.4.2.5 - Proveitos Suplementares

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Outros proveitos suplementares	29 500	38 497	8 997	30,50%
Bens não duradouros	0	4 712	4 712	-
Total	29 500	43 209	13 709	46,47%

- b) Tiveram uma variação positiva de cerca de 46%.
- c) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da mesma.

3.4.2.6 - Transferências e Subsídios Obtidos

- a) São contabilizados nesta conta:
- i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.
- ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.
- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
FEF corrente	4 826 281	4 882 806	56 525	1,17%
FSM	101 565	101 565	0	0,00%
IRS	102 068	107 571	5 503	5,39%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Outras	670 505	551 000	-119 505	-17,82%
FEF Capital	536 253	542 534	6 281	1,17%
Fundos e serviços autónomos	6 107	0	-6 107	-100,00%
Exterior	106 918	159 024	52 106	48,73%
Total	6 349 697	6 344 500	-5 198	-0,08%

- c) No cômputo geral, manteve o valor de 2015, com um ligeiro decréscimo de 5.198 €.
- d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.7 - Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros obtidos	43	34	-9	-21,85%
Rendimentos de imóveis	314 566	324 956	10 390	3,30%
Rendimentos de participações de capitais	13 545	0	-13 545	-100,00%
Outros proveitos e ganhos financeiros	0	815	815	-
Total	328 154	325 804	-2 350	-0,72%

- b) Tiveram uma variação negativa de cerca de 1%.
- c) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.1.8 - Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Ganhos em existências	166	54	-112	-67,56%
Ganhos em imobilizações	8 542	3 550	-4 992	-58,44%
Benefícios de penalidades contratuais	2 995	408	-2 587	-86,36%
Reduções de amortizações e provisões	0	49 546	49 546	-
Correções de Exercícios Anteriores	578 524	31 248	-547 276	-94,60%
Outros	96 404	157 189	60 785	63,05%
Total	686 630	241 995	-444 635	-64,76%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- e) A subida destes proveitos deve-se a correcções de exercícios anteriores.
- f) Validámos os saldos apresentados.

4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2016)								Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem			
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
18.653.817	49.456	18.703.273	70.237	305.148	18.327.889	7.177.684	0	-9,94%	-22,00%	

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2016, de acordo com dados da DGAL, que não cumpre o limite de dívida total, não tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- b) Relativamente ao final de 2015, a dívida a terceiros teve uma descida de 9,94%.
- c) No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do orçamento corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. Verificamos cerca de 23% da despesa paga no ano e cerca de 85% da receita cobrada.
4. Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.
5. Existem pagamentos em atraso.
6. Mantêm-se a existência de fundos disponíveis negativos até junho de 2016.
7. A contratação da dívida superou a meta definida no PAM em 1.657.583€.
8. O orçamento para 2016, apresentava-se como se segue:

Orçamento Inicial €	2016
Despesas	
Correntes	11.150.488
Capital	5.248.681
Total	16.399.169
Receitas	
Correntes	8.422.249
Capital	8.451.975
Total	16.874.224

9. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Orçamento Corrigido €	2016
Despesas	
Correntes	10.078.242
Capital	12.773.446
Total	22.851.688





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Receitas	
Correntes	8.422.249
Capital	14.801.976
Outras	102.528
Total	23.326.753

7. As modificações e alterações orçamentais provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo de despesa de 39,3% e da receita de 38,2%, sendo que ao nível das despesas de correntes que tiveram um decréscimo de 9,6%, e ao nível das despesas de capital foram corrigidas em alta de 143%.

8. Já do lado da receita, a de capital subiu 75%, fruto do PAM.

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2015.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente os seguintes:

Rácios	31/12/2015	31/12/2016
Peso da Receita Própria na Receita Total	13,08%	6,56%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	117,70%	98,19%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	72,36%	39,33%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	27,64%	60,67%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	46,43%	38,98%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	38,19%	154,24%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	9,74%	54,30%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	77,06%	11,90%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a) O peso da receita própria na receita total é relativamente baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) está muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O rácio apresenta um decréscimo significativo relativamente a 2015.

b) A receita corrente apresenta-se inferior à Despesa Correntes, tendo inclusive assumido uma diminuição relativa de 117,7% em 2015 para 98,19% em 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) O **peso da despesa corrente na despesa total** em 2016 é de 39,3%, enquanto que em 2015 havia sido de 72,36%, o que significa uma descida relativa de cerca de 45%.
- d) Cenário inverso se verifica no **peso das despesas de capital na despesa total**, que apresenta um aumento relativo de 27,64% para 60,67%.
- e) O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** diminuiu de 46,43% em 2015 para 38,98% em 2016.
- f) **As despesas de capital** equivaleram em 2016 a 154,24% das despesas correntes. Em 2015 equivaleram a 38,19%.
- g) O **peso do serviço da dívida** (juros + amortizações capital) **na despesa total** foi em 2016 de 54,3% quando em 2015 foi de 9,74%.
- h) No **peso dos investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) verifica-se uma relativa diminuição de 77,06% em 2015 para 11,9% em 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVIDORES OFICIAIS DE CONTAS

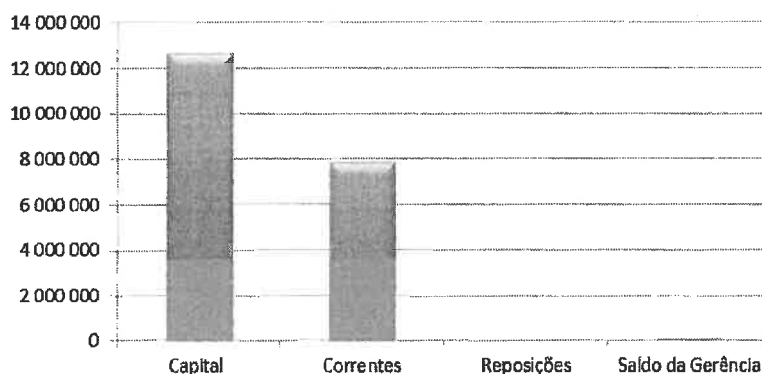
5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da receita de 2016:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	Mapas da Receita 2016 (€)				Grau de Execução	
			por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	2015	2016
			Capital	14 801 976	63,45%	148 377	12 652 541	61,37%
Correntes	8 422 249	36,11%	482 061	7 855 353	38,10%	631 038	57,1%	93,3%
Reposições	5	0,00%	0	5 589	0,03%	0	220132,0%	111772,4%
Saldo da Gerência	102 523	0,44%	0	102 523	0,50%	0	100,0%	100,0%
Total	23 326 753	100,00%	630 437	20 616 006	100,00%	690 452	44,3%	88,4%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 85,5% das de capital e 93,3% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 88,4%.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2015, verifica-se que a execução global, passou de 44,3% para 88,4%, tendo a execução das receitas de capital passado de 15,8% em 2015 para 85,5% em 2016 e as correntes de 57,1% para 93,3%.
4. O que graficamente, quanto ao grau de execução, se apresenta do seguinte modo:





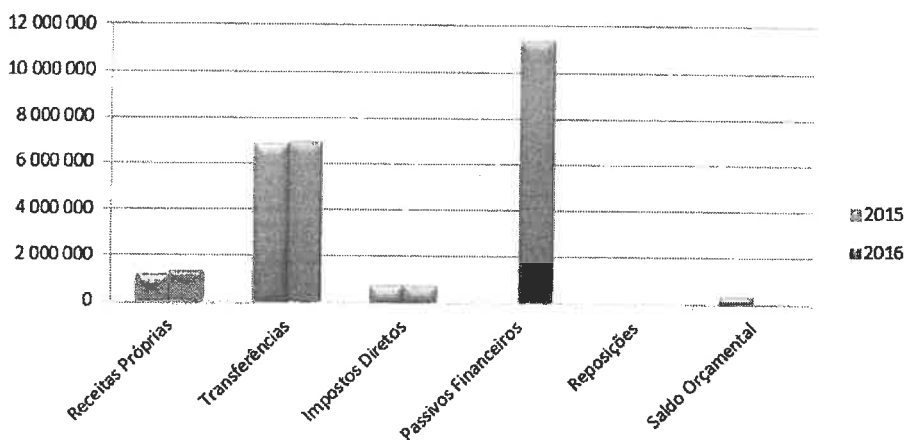
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2015 e de 2016, apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Estrutura da Receita Municipal			
	€		Variação €	
	2015	2016	Real	%
Receitas Próprias	1 203 150	1 351 479	148 329	12,33%
Transferências	6 854 413	6 970 334	115 921	1,69%
Impostos Diretos	767 853	761 081	-6 772	-0,88%
Passivos Financeiros	0	11 425 000	11 425 000	-
Reposições	2 201	5 589	3 387	153,88%
Saldo Orçamental	372 791	102 523	-270 268	-72,50%
Total	9 200 409	20 616 006	11 415 597	124,08%

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Verifica-se que o peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2015, 74,5% do total foi em 2016, 33,8%. Por outro lado, é relativamente baixa a comparticipação das receitas próprias que representa, em 2016, 6,6% das receitas.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 4,1% em 2015 e 0,5% em 2016.
9. De notar que o peso dos Impostos diretos no total das receitas cobradas foi de 8,3% em 2015, tendo diminuído para 3,7% em 2016.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2016 teve um comportamento melhor do que em 2015, tendo sido contraídos empréstimos, pelos que os passivos financeiros influenciaram as receitas do ano.





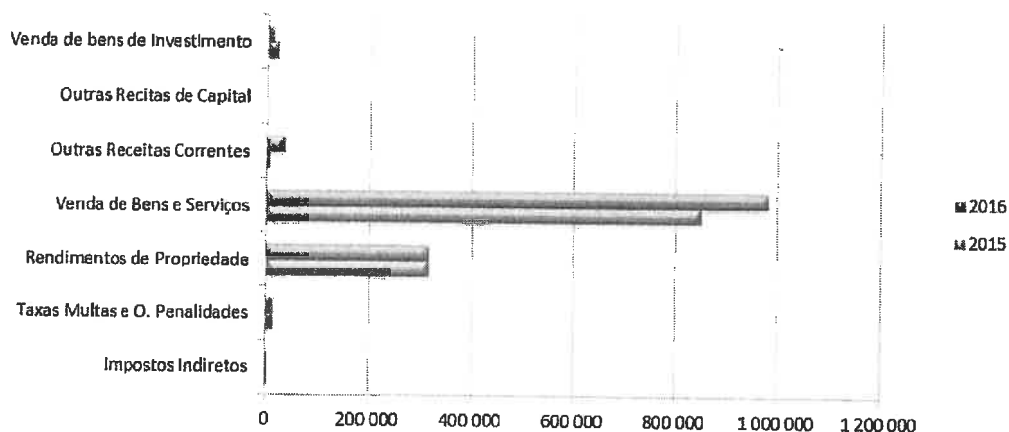
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11. Quanto às receitas próprias apresentaram os seguintes valores de execução nos anos de 2015 e de 2016:

Rubricas	€		Variação	
	2015	2016	Real €	%
Impostos Indiretos	664	770	106	15,89%
Taxas Multas e O. Penalidades	13 644	13 823	178	1,31%
Rendimentos de Propriedade	314 298	312 963	-1 335	-0,42%
Venda de Bens e Serviços	849 563	979 607	130 044	15,31%
Outras Receitas Correntes	5 962	33 979	28 017	469,95%
Outras Recitas de Capital	0	0	0	-
Venda de bens de Investimento	19 019	10 338	-8 681	-45,64%
Total	1 203 150	1 351 479	148 329	12,33%

12. O que graficamente se traduz em:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

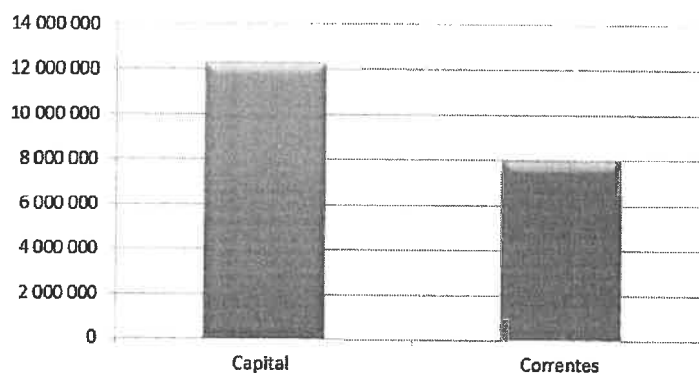
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2015 e de 2016:

Rubrica	Dotações Corrigidas	Estrutura	Mapas da Despesa 2016 (€)				Grau de Execução	
			Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	2015	2016
			Capital	12 773 456	55,90%	12 598 414	12 338 994	60,67%
Correntes	10 078 242	44,10%	9 302 198	7 999 983	39,33%	1 302 215	47,23%	79,38%
Total	22 851 698	100,00%	21 900 612	20 338 977	100,00%	1 561 634	43,79%	89,00%

2. O que graficamente, e comparando o ano de 2015 com o de 2016, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da despesa foi de 89% em 2015, acima execução de 2015 que foi de 43,79%. A despesa líquida de capital paga foi de 96,6% da dotação para o ano em 2016 e de 36,8% em 2015.





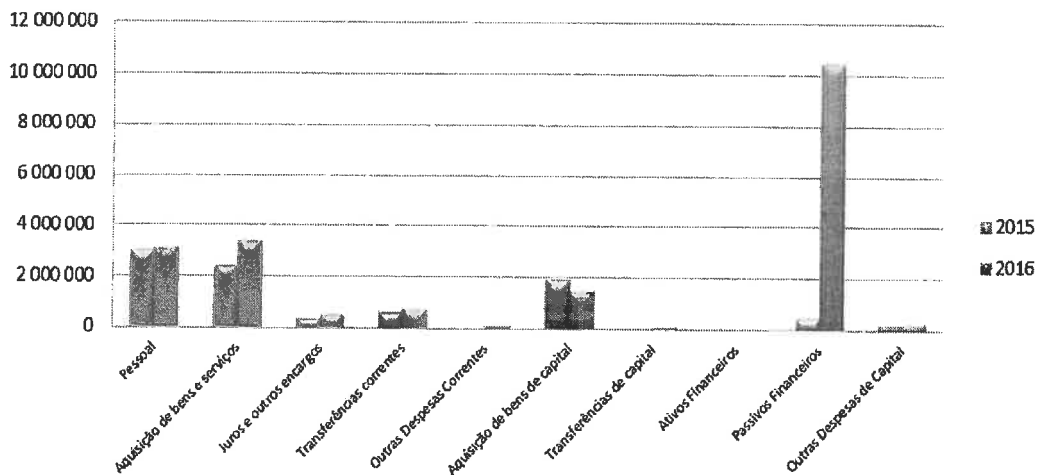
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. A estrutura da Despesa Municipal em 2015 e em 2016 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	€		Variação	
	2015	2016	Real €	%
Pessoal	3 056 690	3 118 237	61 548	2,01%
Aquisição de bens e serviços	2 463 892	3 437 781	973 889	39,53%
Juros e outros encargos	393 583	552 398	158 815	40,35%
Transferências correntes	623 682	753 282	129 600	20,78%
Outras Despesas Correntes	45 549	138 285	92 736	203,60%
Aquisição de bens de capital	1 937 605	1 468 078	-469 527	-24,23%
Transferências de capital	23 689	86 157	62 469	263,71%
Ativos Financeiros	61 030	61 030	0	0,00%
Passivos Financeiros	492 167	10 491 170	9 999 003	2031,63%
Outras Despesas de Capital	187 559	232 560	45 000	23,99%
Total	9 285 445	20 338 977	11 053 533	119,04%

5. O que, graficamente se traduz em:



6. Relativamente a 2015:

- As despesas com Pessoal aumentaram, relativamente a 2015, 2,01%.
- A aquisição de bens e serviços subiu 39,53%;
- Os juros e outros encargos aumentaram 40,35%;
- A aquisição de bens de capital diminuiu 24,23%;
- As transferências correntes aumentaram 20,78%;
- Os Passivos financeiros aumentaram cerca de 52% por forças do PAM.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISÕES OFICIAIS DE CONTAS

7. As despesas pagas com o Pessoal nas Despesas do Município, que representavam 32,9% do total em 2015, em 2016 representam 15,3%.
8. Do lado das despesas pagas, o peso relativo das aquisições de bens e serviços subiu significativamente relativamente à despesa paga (aumento de 973.889€).
9. As transferências correntes pagas, aumentaram em 2015 para 2016 em 129.600€.
10. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital, é de 7,2% em 2016 contra 20,9% em 2015.
11. Os passivos financeiros pagos representaram em 2015, 5,3% da despesa paga (492.167€), tendo representado em 2016, 51,6% da despesa paga (10.491.170€).





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.4 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2016, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2016 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração geral	757	0	0	676	89,27%	89,27%
Total	757	0	0	676	89,27%	89,27%
Funções Sociais						
Educação	306 959	1 148 358	0	297 474	96,91%	20,44%
Saúde	4 942	281 608	0	1 000	20,23%	0,35%
Segurança e Ação Social	43 663	0	0	40 724	93,27%	93,27%
Habituação e Serviços Coletivos	296 547	1 261 891	0	192 586	64,94%	12,36%
Serv.culturais, recreat. e religiosos	236 662	376 334	0	157 429	66,52%	25,68%
Total	888 772	3 068 191	0	689 213	77,55%	17,42%
Funções Económicas						
Indústria e energia	22 617	134 570	0	14 379	63,57%	9,15%
Transportes e comunicações	240 170	475 000	0	202 576	84,35%	28,33%
Comércio e turismo	2	150 000	0	0	0,00%	0,00%
Outras funções económicas	296	81 000	0	0	0,00%	0,00%
Total	263 085	840 570	0	216 955	82,47%	19,66%
Outras funções						
Diversas não especificadas	1 111 913	968 564	0	940 981	84,63%	45,23%
Total	1 111 913	968 564	0	940 981	84,63%	45,23%
Total	2 264 526	4 877 325	0	1 847 824	81,60%	25,87%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2016 representa 81,60% do total previsto para o ano.

3. As rubricas ao nível das Funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- As de Educação (96,91%);
- As de Segurança e Ação Social (93,27%);
- As de Serviços culturais, recreativos e religiosos (66,52%).

4. As nível das funções económicas de destacar a execução de:

- Transportes e comunicações (84,35%);
- Indústria e energia (63,57%).

5. O nível de execução Global do PPI está nos 25,87%, no final do ano de 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

PODREDADE DE REVISORES GERAIS DE CONTAS

6 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

"2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo"

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo."

E no artigo 83º:

"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 865.506 €, de acordo com o quadro seguinte, formada a partir da informação da DGAL:

N.º contrato	Data de aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Capital		Dívida no final do período 31/12/2013	Amort média empréstimos
			Contratado	Utilizado		
0012000993991	30/12/1999	31/5/2000	1 995 192	1 995 192	1 044 539	149 220
9015003388491	22/11/2002	3/12/2002	118 660	118 660	67 853	7 539
9140013635491	21/6/2004	30/9/2004	577 173	577 173	399 642	36 331
9015004000791	29/10/2004	15/12/2004	32 168	32 168	21 467	1 952
9015004439891	29/6/2005	15/7/2005	416 988	416 988	251 203	20 934
9015004439891	29/6/2005	15/7/2005	216 988	216 988	216 988	18 082
9015004565391	29/9/2005	13/10/2005	51 549	51 549	29 650	4 236
1739612830007	29/5/2005	20/7/2006	802 249	802 249	624 037	48 003
9015005108491	3/11/2006	21/11/2006	138 964	138 964	103 477	7 960
1	22/8/2016	23/8/2016	16 579 276	11 425 000		571 250
Total			30 579 207	25 424 931		865 506

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE PESSOAS COM QUOTAS

Equilíbrio Orçamental 2016	
Receita corrente bruta Cobrada	7.855.353
Despesa corrente paga	7.999.983
Amortização emp ^{os} ML Prazo	865.506
Total	8.865.489
Excedente	-1.010.136

4. O Município mantém-se em desequilíbrio orçamental.
5. O *deficit* é de 1.010.136€
6. Na sequência do seu desequilíbrio, o Município tem em curso um Plano de Ajustamento Municipal.

7 CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está definido em regulamento próprio.
2. De uma forma geral o seu funcionamento não se afastando significativamente do estipulado no regulamento interno, contém algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática.
3. Assim, é nosso entendimento que se mantém o que dissemos em 2015, nomeadamente:

7.1 Documentos de suporte

- a) Ao nível dos documentos de suporte do POCAL:
 - i. Não é emitida a Guia de débito do Tesoureiro (SC-2).
- b) Ao nível dos documentos de suporte auxiliares de elaboração manual:
 - i. Não é emitido auto de carga;
 - ii. Não é emitido boletim de itinerário.
- c) A contabilidade de custos não está implementada.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

7.2 Critérios ou métodos específicos

- a) As provisões para cobranças duvidosas não são criadas de acordo com o RCI.
- b) A depreciação de *stocks* não é analisada tendo em vista a criação de provisões.

7.3 Receita orçamental

- a) As guias de recebimento são feitas em triplicado, mas o serviço emissor não fica com cópia.
- b) Da folha de caixa depois de validadas pela Contabilidade e Presidência da Câmara fica cópia na contabilidade.
- c) Os saldos referentes às dívidas de Clientes/Utentes devem mensalmente ser controlados e analisados, utilizando balancetes.
- d) Devem ser enviadas cartas de circularização a terceiros, por amostragem, mas que representem uma amostra significativa. Esta circularização deve ser resumida em folhas de controlo.

7.4 Arquivo e gestão de bens Imobilizados

- a) Na contabilidade analítica deve-se apurar os custos dos trabalhos para a própria entidade, para valorizarem o património.
- b) A secção de Aprovisionamento e Património devem organizar os processos de alienação de imobilizado.

7.5 Inventariação de bens

- a) O controlo de inventários deve ser feito por um funcionário do controlo de inventários e um do Aprovisionamento.
- b) Anualmente deve ser feita comparação entre os registos contabilísticos e os do cadastro do imobilizado.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

7.6 Aquisição e gestão de existências

- a) Se a receção de bens é feita pelos serviços, estes devem enviar no final do dia a guia de remessa ao Armazém para este movimentar os *stocks*.
- b) O armazém deve ter arquivo das GR e guias de entrada e enviar diariamente o original da GR à Contabilidade.

7.7 Controlo de inventário e existências

- a) A ficha de existências deve traduzir as mercadorias existentes em Armazém, pelo que deve ser implementado o sistema de inventário permanente.
- b) Deve haver avaliação periódica de existências para detetar deterioração, obsolescência ou ruturas das mesmas, que devem estar cobertas por provisões adequadas.
- c) Deve proceder-se a um corte de receção e entrega de existências para verificar:
 - i) que todas as requisições externas emitidas estão movimentadas;
 - ii) que todas as saídas estão refletidas nas fichas de inventário.
- d) Numa base de amostra deve ser verificado se as requisições internas existentes preenchem os requisitos necessários e se estão registados os movimentos de saída.
- e) No âmbito do processo de saída deve verificar-se se o custo assumido está de acordo com o critério de valorimetria utilizado e se existem documentos que suportem o movimento contabilístico.

7.8 Disponibilidades

Devem ser efetuadas, regularmente, auditorias aos meios monetários.

7.9 Gestão dos meios monetários

- a) Quando da correspondência recebida, com meios de pagamento, pelo expediente e registada em livro próprio, deve ser mencionado:
 - i. Número do cheque ou vale;
 - ii. Banco e respetivo valor.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- b) Os cheques devem ser emitidos pela contabilidade de acordo com os documentos de despesa.
- c) Os cheques não preenchidos devem estar à guarda da contabilidade, bem como os anulados que devem ter as assinaturas anuladas.
- d) A contabilidade deve arquivar cópia dos cheques emitidos.
- e) Sempre que o pagamento é por transferência bancária, esta deve ser emitida na contabilidade e enviado original ao Presidente e remetida à tesouraria para pagamento.
- f) O tesoureiro deve receber diariamente as liquidações multibanco que deve conferir com a conta do banco.
- g) Os valores na tesouraria devem ser verificados, por funcionário não afeto à Tesouraria:
 - i) Trimestralmente sem aviso prévio;
 - ii) No encerramento das contas do exercício;
 - iii) No final do mandato;
 - iv) Em caso de substituição do Tesoureiro.
- h) Destas contagens devem ser lavrados termos de contagem assinados pelos intervenientes e pelo Presidente.

7.10 Fundos de manei

Os titulares devem remeter à contabilidade mapa onde constem todos os pagamentos efetuados e os documentos de suporte, para que o fundo seja reconstituído.

7.11 Subsídios protocolos e outros acordos de financiamento

Antes da deliberação de concessão, a contabilidade deve elaborar sempre proposta de cabimento.

7.12 Passivos financeiros

Devem efetuar-se os seguintes testes:

- i. Análise da conformidade dos procedimentos;
- ii. Validação dos valores amortizados e contabilizados, com recurso a amostragem;
- iii. Confirmar os juros contabilizados;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- iv. Validar dos valores amortizados e contabilizados.

7.13 Controlo orçamental

- a) Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.
- b) O Município cumpriu a redução do número de trabalhadores previsto no nº 62º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

8 FACTOS SUBSEQUENTES

Nada a relevar.

9 RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11 CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém alguns aspetos a ter em conta, que consubstanciamos em 3 Reservas e 1 Ênfase.

11.1 Reservas

Ficam a dever-se aos factos que considerámos afetarem de forma significativa as demonstrações financeiras, impedindo, juntamente com as limitações de âmbito, que elas dêem uma imagem verdadeira e apropriada das contas do Município.

São factos constantes de pontos deste relatório e tem a ver com:

- O saldo do imobilizado em curso continua elevado em 2016, cerca de 24.889.000€ (24.249.000€ em 2015). Segundo nota 2.12 do ABDR, a totalidade das obras encontra-se concluída. No decorrer do ano de 2016 iniciou-se o processo de identificação e preparação para transferir o imobilizado para firme, procedimento que será concluído em 2017. Da nossa análise, e tendo em conta que grande parte diz respeito a imóveis, considerando uma taxa de amortização média de 3%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 625.000€.
- O saldo de clientes de cobrança duvidosa é, a 31/12/2016, de 611.378€, o saldo das provisões constituídas (354.186€), apesar de constituídas de acordo com o critério do POCAL, são insuficientes em cerca de 250.000€. Saldo deve ser analisado e regularizado em 2017.
- A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado firme e conseqüente sujeitos a amortização e a reconhecimento de proveito de subsídios ao investimento. De acordo com o ponto 2.12 do Anexo às demonstrações, estima-se que os proveitos estão subavaliados em 400.000 euros.

Devi ser feita uma análise mais detalhada dos custos em dub. caso em investimentos financeiros e soc. especializadas

11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetando como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

São elas:

- O Município está em desequilíbrio orçamental.

esta em capital financeiro e paga dívida corrente

49





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2017 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos encontram-se descritos ao longo do relatório.

Imobilizado:

- a) Nos documentos de suporte aos abates deve ser referido qual o motivo do mesmo.
- b) O Município não aplica o MEP às suas participadas, por as suas participações serem inferiores a 20%. Relativamente à participação na EDC Mármore, SA, não nos foi possível, por não existirem contas disponíveis, emitir opinião sobre a sua implicação na dívida do Município. A participada, à data de 31/12/2015, reunia as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012. Foi aprovada em reunião de camara de 24/6/2016 e pela Assembleia Municipal de 24/2/2017 a alienação da participação.
- c) Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.

Existências:

Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.

Caixa:

Em nossa opinião este saldo está sobreavaliado em 47€.7

Depósitos à Ordem:

Continuam a existir cheques em trânsito de anos anteriores, embora com menor expressão. De acordo com o ponto 1.6 do ABDR, estes cheques dizem respeito a procedimentos de anulação iniciados em 2016 mas ainda não concluídos. Espera-se que em 2017 todos os cheques estejam regularizados.

Outros Credores:

Relativamente à comparticipação de projetos comunitários, continua a existir divergência entre as 3 fontes de informação consultadas, não sendo possível apurar qual está correta. É





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

conveniente que em 2017 se uniformize o procedimento de reconhecimento dos pedidos de pagamentos.

* Conta 2682 (patrimonial)	163.336 €
* Mapa interno "Candidaturas aprovadas"	353.806 €
* Receita por cobrar (orçamental)	11.475 €

Transferências e Subsídios Concedidos:

Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento válido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo).

Trabalhos para a própria entidade:

Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, ainda que não relevante.

Orçamental:

- a) Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.
- b) Existem pagamento em atraso.
- c) Mante-se a existência de fundos disponíveis negativos até junho de 2016.
- d) A contratação da dívida superou a meta definida no PAM em 1.657.583€.

12 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao executivo e aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria Contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Marinha Grande, 26 de abril de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620



Capital em dívida	Anos em falta	Amortização Média
577 063 €	12	48 089 €
892 746 €	12	74 396 €
60 724 €	9	6 747 €
364 743 €	11	33 158 €
95 722 €	13	7 363 €
251 843 €	12	20 987 €
25 501 €	7	3 643 €
178 458 €	12	14 871 €
16 579 276 €	20	828 964 €
Total		1 038 218 €

De salientar que a amortização média dos empréstimos conjuntamente com os gastos com pessoal ocorridos em 2016 representam 54% da receita corrente do exercício.

Quanto à análise dos indicadores económicos o quadro que se segue apresenta o estado da situação nos exercícios de 2011, 2013 e 2016-

INDICADORES		ALANDROAL 2011	ALANDROAL 2013	ALANDROAL 2016	
SUSTENTABILIDADE DE A MÉDIO E LONGO PRAZO	FUNDO PATRIMONIAL	15 575 272 €	11 214 512 €	14 404 650 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
			78,5%	51,5%	75,1%
	ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
			214,8%	190,0%	227,0%
	ATIVO LIQUIDO TOTAL-BENS DO DOMINIO PUBLICO LIQUIDOS	30 482 195 €	32 086 722 €	36 649 318 €	
	PASSIVO	19 848 654 €	21 778 748 €	19 190 227 €	
		153,6%	147,3%	191,0%	
FUNDO PATRIMONIAL	15 575 272 €	11 214 512 €	14 404 650 €		
ATIVO LIQUIDO	42 631 188 €	41 383 301 €	43 565 134 €		
		36,5%	27,1%	33,1%	
RÁCIOS DE LIQUIDEZ	ATIVO CIRCULANTE	2 247 787 €	1 117 138 €	1 625 999 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	12,0%	38,3%
	ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS	2 247 787 €	963 003 €	1 426 184 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	10,3%	33,6%
ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS- CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	1 035 904 €	357 924 €	412 785 €		
PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €		
		14,2%	3,8%	9,7%	
EQUILIBRIO DE CURTO PRAZO	ATIVO CIRCULANTE	2 247 787 €	1 117 138 €	1 625 999 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	12,0%	38,3%
	ATIVO CIRCULANTE- EXISTÊNCIAS	2 247 787 €	963 003 €	1 426 184 €	
	PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €	
			30,8%	10,3%	33,6%
DISPONIBILIDADES	1 035 904 €	357 924 €	412 785 €		
PASSIVO CIRCULANTE	7 302 949 €	9 313 802 €	4 240 254 €		
		14,2%	3,8%	9,7%	

O quadro de sustentabilidade de médio e longo prazo apresenta-se ainda longe do equilíbrio, na medida em que este indicador deverá atingir valores superiores a 100%. Contudo é de assinalar que em apenas 3 anos este indicador subiu mais de 12 pontos aliviando a forte pressão dos credores sobre o município. Neste sentido é de referir que apesar da situação ser difícil o nível de confiança junto dos credores e das instituições melhorou consideravelmente. A debilidade da situação, bem como a sua evolução pode ser medida pelos rácios de liquidez, sendo de referir que este indicador, quando excluídas as existências passou de 10% para 33,6% entre 2013 e 2016. O mesmo aconteceu quando avaliamos a liquidez em sentido restrito passando o indicador de menos de 4% para níveis próximos dos 10%. Em qualquer dos casos, embora a situação tenha melhorado e se reflita nos níveis de confiança alcançados certo é que os seus valores são bastante baixos.